

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

Empresa: ELETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDIDORES ELÉTRICOS LTDA

1. DAS PRELIMINARES

- 1.1. Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao **Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2024, Processo nº 41/2024**, cujo objeto é o, **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE KITS FOTOVOLTAICOS, SISTEMAS DE BATERIA, ESTAÇÕES DE RECARGA PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS E A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS**, com vistas ao Plano de Eletrificação e Transição Energética, a fim de atender às demandas dos municípios consorciados ao CIOP, CUJAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO ENCONTRAM-SE DETALHADAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, sendo os seguintes municípios participantes: 01-Alfredo Marcondes, 02-Alvares Machado, 03-Caiabu, 04- Emilianópolis, 05-Iepê, 06-Indiana, 07-João Ramalho, 08- Martinópolis, 09-Nantes, 10-Pirapozinho, 11- Pres. Bernardes, 12-Pres. Epitácio, 13-Pres. Prudente, 14-Pres. Venceslau, 15-Quatá, 16-Rancharia, 17-Regente Feijó, 18-Santo Anastácio, 19- Santo Expedito e 20-Taciba.
- 1.2. A impugnação foi apresentada pela empresa **ELETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDIDORES ELÉTRICOS LTDA**, adiante simplesmente **ELETRA**, sociedade limitada de natureza empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.115.480/0001-15, com sede à Rodovia BR 116, Km 16, nº 7.698 – Pedras, CEP 61.888-090, Itaitinga/CE, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, recebido por e-mail, em 07 de janeiro de 2025.

2. DOS FATOS

- 2.1. A empresa **ELETRA**, já qualificada nos autos, apresenta **IMPUGNAÇÃO** em face do edital da supramencionada licitação, onde demonstrou sua insatisfação quanto a alguns aspectos técnicos e “jurídicos” da licitação, senão, vejamos:
- 2.2. **1º ASPECTO IMPUGNADO – Vedação da Participação em Consórcio**
- 2.3. **2º ASPECTO IMPUGNADO – Aglutinação do objeto**
- 2.4. **3º ASPECTO IMPUGNADO – Parcela de maior relevância para fins de qualificação técnica**
- 2.5. **4º ASPECTO IMPUGNADO - Exigências de certificações técnicas**
- 2.6. **5º ASPECTO IMPUGNADO - Omissões de informações e requisitos técnicos**
- 2.7. Diante do viés técnico dos questionamentos, a impugnação foi enviada a empresa **Enercon Energia e Construções LTDA**, responsável pela assessoria e consultoria na realização do procedimento licitatório em questão, e com conhecimento técnico para esclarecimento dos pontos levantados pela empresa impugnante.

A Enercon, realizou o esclarecimento quanto a todos os pontos, nos termos à seguir a presente resposta.

3. DA TEMPESTIVIDADE

- 3.1. Nos termos da Lei e do item 15. 1 do edital, qualquer pessoa pode impugnar o edital em até três dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame.
- 3.2. Portanto, considerando que a abertura estava prevista para o dia 10/001/2025, a impugnação poderia ser apresentada até o dia 07/01/2025.
- 3.3. A empresa Impugnante apresentou a sua impugnação em 07/01/2025, ou seja, tempestivamente.
- 3.4. Sendo assim, apresenta-se a análise dos fatos, fundamentada nos princípios da boa-fé e da busca pela verdade material que regem a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Além disso, são observados os princípios da transparência e da ampla defesa, garantindo que todas as partes envolvidas tenham suas alegações devidamente consideradas, assegurando a lisura e a legitimidade do processo licitatório.

4. DOS FUNDAMENTOS

4.1. 1º ASPECTO IMPUGNADO – Vedação da Participação em Consórcio

- 4.1.1. A impugnante questiona a vedação à participação de empresas em consórcios nesta licitação, alegando que a prática restringiria a competitividade. Contudo, tal vedação está devidamente fundamentada no edital e alinhada às disposições legais e doutrinárias, conforme texto retirado do edital exposto a seguir:

2.3.6. Será vedada a participação de empresas em consorcio conforme o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio é permitida, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório. No contexto da licitação para aquisição, fornecimento e instalação de kits fotovoltaicos, sistemas de bateria, estações de recarga para veículos elétricos, prestação de serviços de manutenção e operação de sistemas fotovoltaicos e locação de veículos elétricos, destinados ao Plano de Eletrificação e Transição Energética dos municípios consorciados ao CIOP, a vedação à participação de consórcios fundamenta-se nos seguintes aspectos:

A formação de consórcios pode, em determinadas situações, reduzir a competitividade do certame. Marçal Justen Filho observa que o consórcio, como instrumento de atuação empresarial, pode conduzir a resultados indesejados, como a eliminação da competição entre os participantes. Ao vedar a participação de consórcios, busca-se evitar a concentração de mercado e assegurar uma disputa mais ampla e competitiva.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho assevera:

“No Direito Administrativo, algumas das características do consórcio foram afastadas. O ponto fundamental da distinção reside na responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados, ao longo da execução do contrato administrativo. Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivados pelo nosso Direito. Assim se passa porque, como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejados. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Aliás, a composição entre os potenciais interessados para participar de licitação pode alcançar a dimensão da criminalidade.”

Segue ainda o renomado Doutrinador discorrendo sobre o tema relacionando-o com a competição no certame:

“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição.”

Continua dizendo

“É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.”

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade, atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

Diante dos pontos expostos, a vedação à participação de empresas em consórcio nesta licitação está devidamente justificada, visando preservar a competitividade, evitar a concentração de mercado e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Esta medida alinha-se às disposições legais e às orientações jurisprudenciais pertinentes, garantindo a lisura e a eficiência do processo licitatório.

- 4.1.2. Além de já justificado no edital ainda adicionamos em dizer que objeto da licitação não se limita ao simples fornecimento de materiais, mas inclui serviços de instalação, manutenção e garantias, que demandam responsabilidade técnica e jurídica direta da empresa contratada. Permitir consórcios poderia dificultar a definição de responsabilidades e comprometer a execução eficiente e segura do contrato, especialmente em serviços que envolvem:
 - a. Instalação de sistemas fotovoltaicos e de recarga.
 - b. Integração técnica entre sistemas de baterias e geração de energia.
 - c. Manutenção e suporte operacional.
- 4.1.3. A responsabilidade solidária entre consorciados, prevista em lei, não elimina os riscos administrativos e operacionais decorrentes de possíveis conflitos internos entre os integrantes do consórcio.
- 4.1.4. A vedação à participação de empresas em consórcio está devidamente fundamentada no edital e justificada por:
 - a. Preservar a competitividade do certame e evitar a concentração de mercado.
 - b. Alinhar-se à legislação vigente e à doutrina, que recomendam consórcios apenas em casos de alta complexidade.

- c. Garantir a responsabilidade técnica e operacional em serviços que envolvem fornecimento com instalação, inviabilizando a divisão de responsabilidades entre consorciados.
- 4.1.5. Dessa forma, a vedação visa proteger o interesse público, assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e garantir a lisura e eficiência do processo licitatório.
- 4.2. 2º ASPECTO IMPUGNADO – AGLUTINAÇÃO DE ITENS DIVERSOS EM LOTE ÚNICO**
- 4.2.1. A empresa impugnante questiona a aglutinação de itens diversos em lote único, alegando que tal prática restringiria a competitividade do certame. Contudo, tal argumentação não procede, considerando que as justificativas para essa escolha estão amplamente descritas no **Item 9 do Estudo Técnico Preliminar**, publicado como **Anexo I do edital**, evidenciando que a decisão está plenamente fundamentada e alinhada às diretrizes legais e aos princípios administrativos que regem o processo licitatório.
- 4.2.2. De acordo com o **art. 40, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o parcelamento de itens não será adotado quando:
- A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.
 - **O OBJETO A SER CONTRATADO CONFIGURAR SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO E HOVER A POSSIBILIDADE DE RISCO AO CONJUNTO DO OBJETO PRETENDIDO.**
 - O processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.
- 4.2.3. No caso em tela, a aglutinação dos itens em um único lote é justificada através do texto extraído do Anexo I do edital, pelos seguintes pontos:

9 DO PARCELAMENTO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII

De acordo com art. 40 § 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

-JUSTIFICATIVA PELO ESCOPO AMPLO E COMPLETA DA LICITAÇÃO INCLUINDO SISTEMA FOTOVOLTAICOS, MOBILIDADE ELETRICA E ARMAZENAMENTO

A utilização de energia sustentável para o abastecimento de veículos elétricos é crucial por várias razões, cada uma contribuindo para uma abordagem mais responsável e ambientalmente consciente no setor de transportes. Aqui estão algumas justificativas detalhadas para essa prática:

- Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa

A principal vantagem dos veículos elétricos é a redução das emissões de gases de efeito estufa em comparação com os veículos movidos a combustíveis fósseis. No entanto, essa vantagem só é completamente realizada quando a eletricidade utilizada para carregar esses veículos é gerada a partir de fontes renováveis, como a solar, eólica, hidrelétrica ou biomassa. Caso contrário, se a eletricidade for gerada por

fontes poluentes, como carvão ou petróleo, as emissões totais do ciclo de vida do veículo podem não ser tão baixas quanto o esperado.

- Eficiência Energética

Fontes de energia renovável são geralmente mais eficientes a longo prazo. Por exemplo, a energia solar e a eólica têm custos operacionais baixos após a instalação inicial. A utilização dessas fontes para abastecer veículos elétricos aumenta a eficiência energética global, uma vez que reduz as perdas associadas à extração, refino e transporte de combustíveis fósseis.

- Redução da Dependência de Combustíveis Fósseis

A dependência de combustíveis fósseis está associada a volatilidade no preço dos combustíveis, conflitos geopolíticos, e impactos ambientais adversos. A transição para energia renovável para o abastecimento de veículos elétricos ajuda a mitigar esses riscos, proporcionando uma fonte de energia mais estável e segura.

- Benefícios para a Saúde Pública

Queima de combustíveis fósseis está associada à poluição do ar, que é um problema sério de saúde pública em muitas regiões do mundo. O uso de energia sustentável para veículos elétricos reduz significativamente a poluição do ar, melhorando a qualidade do ar e, conseqüentemente, a saúde pública, diminuindo incidências de doenças respiratórias e cardiovasculares.

- Incentivo à Inovação e Criação de Empregos

A crescente demanda por energia sustentável gera inovação tecnológica no setor de energias renováveis. Isso não só promove o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes, mas também cria novos empregos em setores emergentes, como a fabricação de painéis solares, turbinas eólicas, e infraestrutura de armazenamento de energia.

- Contribuição para o Cumprimento de Metas Climáticas

A maioria dos países está comprometida com acordos internacionais, como o Acordo de Paris, que estabelece metas para a redução das emissões de carbono. O uso de energia sustentável para abastecer veículos elétricos é uma ação concreta que contribui para o cumprimento dessas metas climáticas, ajudando a limitar o aumento da temperatura global.

- Sustentabilidade a Longo Prazo

A utilização de fontes de energia renovável é uma solução mais sustentável a longo prazo. As reservas de combustíveis fósseis são finitas e, eventualmente, se esgotarão. Em contraste, fontes de energia como o sol e o vento são praticamente inesgotáveis e estão disponíveis em quase todos os lugares do planeta. Em resumo, a combinação de veículos elétricos com energia sustentável não apenas maximiza os benefícios ambientais dos veículos elétricos, mas também promove um futuro mais sustentável e equilibrado do ponto de vista econômico e social. Essa abordagem é crucial para a construção de um sistema de transporte verdadeiramente sustentável e resiliente.

Assim encontra-se plenamente justificado a necessidade do certame contemplar a implementação de energia solar fotovoltaica, seja pela aquisição ou pela locação com a locação dos veículos e a infraestrutura de recarga.

A integração entre sistemas de armazenamento de energia, infraestrutura de recarga e a aplicação de veículos elétricos é uma abordagem fundamental para maximizar a eficiência, a confiabilidade e a sustentabilidade da mobilidade elétrica.

Essa sinergia traz diversos benefícios, que justificam sua importância em um contexto de transição energética global. Aqui estão algumas razões detalhadas para essa integração:

-Estabilização da Rede Elétrica

Sistemas de armazenamento de energia, como baterias estacionárias, desempenham um papel crucial na estabilização da rede elétrica. Eles podem armazenar energia durante períodos de baixa demanda ou quando a produção excede o consumo, como acontece frequentemente com fontes renováveis intermitentes (eólica e solar). Essa energia armazenada pode ser posteriormente utilizada durante picos de demanda ou quando a geração de energia renovável é insuficiente, garantindo uma alimentação estável e contínua para a infraestrutura de recarga de veículos elétricos.

-Maximização do Uso de Energia Renovável

A integração de sistemas de armazenamento com infraestrutura de recarga permite que a energia renovável, frequentemente gerada de forma intermitente, seja mais bem aproveitada. Por exemplo, a energia solar pode ser captada durante o dia, armazenada, e utilizada para carregar veículos elétricos à noite, quando a demanda pode ser menor e a energia solar não está sendo gerada. Isso aumenta a utilização de energia renovável e reduz a dependência de fontes convencionais de energia.

-Redução de Custos Operacionais

A integração de armazenamento e recarga pode reduzir custos associados ao uso de energia. Durante horários de pico, a energia é mais cara, e o armazenamento permite que a eletricidade mais barata, adquirida durante horários de baixa demanda, seja utilizada para recarregar veículos elétricos. Isso não só é economicamente vantajoso para os operadores de infraestrutura de recarga, mas também pode resultar em tarifas mais baixas para os consumidores finais.

- Aumenta a Resiliência e Segurança Energética

Ter sistemas de armazenamento de energia associados a infraestruturas de recarga de veículos elétricos aumenta a resiliência do sistema energético. Em casos de falhas na rede ou cortes de energia, os sistemas de armazenamento podem continuar a fornecer energia necessária para o carregamento dos veículos, garantindo mobilidade constante e segura.

- Desenvolvimento de Infraestrutura Inteligente

A integração promove o desenvolvimento de redes inteligentes (smart grids), capazes de gerenciar de forma eficiente a distribuição e o uso de energia. Isso inclui a implementação de tecnologias de medição inteligente, que monitoram e controlam o fluxo de energia, otimizando a interação entre geração, armazenamento e consumo.

-Facilita a Expansão da Mobilidade Elétrica

Combinando armazenamento de energia com recarga, é possível expandir a infraestrutura de carregamento mesmo em áreas onde a rede elétrica é fraca ou saturada. Isso é particularmente importante em regiões remotas ou urbanas densamente povoadas, onde a construção de nova infraestrutura de rede pode ser difícil ou cara.

- Impacto Ambiental Positivo

A eficiência energética e o uso maximizado de fontes renováveis contribuem significativamente para a redução da pegada de carbono do setor de transportes. Menos dependência de combustíveis fósseis e uma alimentação mais limpa para os veículos elétricos resultam em benefícios ambientais, melhorando a qualidade do ar e ajudando no combate às mudanças climáticas.

- Incentivo à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

A necessidade de integração de sistemas estimula a inovação tecnológica nos setores de armazenamento de energia, carregamento de veículos e gestão de energia. Isso leva ao desenvolvimento de soluções mais avançadas e eficientes, impulsionando a indústria e promovendo novos modelos de negócios.

Em resumo, a integração de sistemas de armazenamento de energia com a infraestrutura de recarga de veículos elétricos é uma estratégia essencial para a construção de um modelo de mobilidade sustentável, resiliente e eficiente. Essa abordagem não só otimiza o uso de recursos energéticos, mas também representa um passo significativo rumo a um futuro mais verde e independente de combustíveis fósseis.

No Brasil, um processo de licitação é regido por princípios administrativos que orientam todas as etapas, desde a elaboração do edital até a escolha do fornecedor. Ao todo, são 19 princípios, que estão descritos na Nova Lei de Licitações, de nº 14.133/21, Art. 5º: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).” Em caso de não cumprimento de algum destes princípios no edital ou durante a aplicação do processo, a licitação pode ser anulada.

Ressalta-se apesar que o certame prevê um série de objetos que são complementares ao objetivo da transição energética e a sustentabilidade verdadeira.

Não há que falar em ferir o princípio da competitividade pelo fato de que o certame prevê o critério de seleção de MENOR PREÇO POR LOTE. A justificativa incluída no próprio edital: O critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE justifica-se pelo fato de que hoje existem diferentes veículos com diferentes plugs de carregamento com padrões do Japão, EUA, Europa e resto do mundo, e China, entre eles podemos citar T1, T2, GB/T, CCS1, CCS2, e ChadeMO, e com potência de conversores C.C e C.A interno de veículos diferente, assim dar a possibilidade de diferente empresa ganhe o certame, pode trazer prejuízos a administração pública por falta de compatibilidade dos produtos ofertados.

Por esse motivo o ganhador do certame terá que ofertar MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE e oferecer todos os itens solicitados ao certame. Justifica-se o critério de julgamento da licitação ser o MENOR PREÇO POR LOTE por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, por ser econômica e logisticamente o mais viável, tendo em vista que os produtos agrupados em lotes são similares, minimizando a cotação de itens ou lotes de valores insignificativos, e o seu agrupamento perfaz um valor maior a ser cotado, sendo um atrativo aos licitantes, proporcionando uma maior economia de escala, melhora na padronização, logística e gerenciamento dos

produtos, já que a unidade gestora solicitará o objeto a um número menor de fornecedor, bem como maior agilidade no julgamento do processo.

A realização de diversas contratações através do critério de julgamento menor preço por Item, para o objeto em tela se torna inviável por diversos fatores como: Falta de padronização, necessidades de muitos servidores para gerenciar e fiscalizar os diversos contratos, perda de economia de escala e inviabilidade técnica, além do número reduzido de servidores para gerenciar os diversos contratos possíveis.

Destarte, podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a contratação.

Acreditamos, inclusive, que tal agrupamento (MENOR PREÇO GLOBAL-LOTE ÚNICO) irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos.

A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todas as peças licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento da prestação de serviços objeto da presente contratação, que visa atender o interesse Público e de fato a implementação de um plano de transição energética e sustentabilidade para área de mobilidade elétrica e implementação de sistemas fotovoltaicos. Importante salientar ainda que esta Administração pretende adquirir produtos que no seu contexto geral são da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os itens em LOTE ÚNICO poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global.

Sobre este tema, podemos citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho: "(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, (que em decorrência do barateamento do custo produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio))"

Corroborando o entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.16712012 - TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).

Essa mesma Corte se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido: "... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto.

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade. Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optouse por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

4.2.4. Além de todas as explicações já expostas a aglutinação dos itens em lote único se justifica pelo escopo amplo e integrado do objeto licitado com vistas ao Plano de Eletrificação e Transição Energética, que contempla sistemas fotovoltaicos, sistemas de armazenamento de energia, infraestrutura de recarga para veículos elétricos e a locação desses veículos. Essa abordagem atende aos seguintes aspectos técnicos e estratégicos:

4.2.4.1. Integração Técnica e Necessidade de Armazenamento de Energia

As concessionárias de energia têm apontado problemas relacionados ao fluxo reverso de energia gerado pelos sistemas fotovoltaicos. Esse fluxo, que ocorre quando há geração excedente de energia, pode causar instabilidades na rede elétrica. A solução técnica mais adequada é a integração de sistemas de armazenamento, como baterias estacionárias, que armazenam o excedente e o utilizam de forma controlada. Dessa forma, a licitação de sistemas fotovoltaicos deve necessariamente considerar a compatibilidade com os sistemas de armazenamento, assegurando o funcionamento eficiente e contínuo do conjunto.

4.2.4.2. Dependência Operacional entre Veículos Elétricos e Infraestrutura de Recarga

A locação de veículos elétricos exige a implementação de pontos de recarga compatíveis e adequados às demandas de operação. Esses pontos de recarga, por sua vez, podem ser abastecidos por energia gerada pelos sistemas fotovoltaicos licitados, promovendo uma solução sustentável e economicamente vantajosa. A integração entre veículos, pontos de recarga e sistemas fotovoltaicos é essencial para garantir a eficiência operacional e evitar incompatibilidades técnicas que comprometam o objetivo da contratação.

4.2.4.3. Economia de Escala e Simplificação de Gestão

A aglutinação dos itens em lote único permite ganhos significativos de escala, com redução nos custos unitários dos itens e maior atração de fornecedores capacitados. Além disso, minimiza os custos administrativos e logísticos da gestão contratual, garantindo maior eficiência na execução do objeto licitado.

4.2.5. Adicionalmente, observa-se que a impugnante teve acesso ao edital e ao **Anexo I (Estudo Técnico Preliminar)**, onde consta detalhadamente a fundamentação da aglutinação em lote único. Causa estranheza que tal questionamento seja levantado, uma vez que o documento expõe de forma clara e transparente os motivos técnicos, legais e administrativos para a escolha deste modelo de estruturação do certame.

4.3. 3º ASPECTO IMPUGNADO – Parcela de maior relevância para fins de qualificação técnica

4.3.1. O impugnante alega que foram exigidos atestados em demasia e em desacordo com a lei 14.133/2021, para comprovação de qualificação técnica no edital. Contudo, conforme análise dos itens e quantitativos descritos na planilha do certame, observa-se que as exigências são não apenas proporcionais, mas também inferiores a o que

poderia ser exigido conforme os itens do objeto licitado, estando devidamente alinhadas ao **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**.

4.3.2. Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica

a) Atestados de Experiência Técnica Operacional (Item 7.1.4, a-3 do Edital):

Os quantitativos exigidos nos atestados, conforme descritos no edital, são significativamente menores do que os previstos no contrato. Abaixo, apresentamos a comparação com os valores totais estimados na planilha:

- **Elaboração de Projetos de Geração Fotovoltaica:** Exige-se apenas 9.000 kWp, enquanto o total contratado é de **105.706,75 kWp** para sistemas ONGRID (itens 1 e 2). Isso representa menos de 9% da demanda total do contrato.
- **Elaboração de Projeto de Subestação de Energia (1.000 kVA):** Embora a planilha do certame não inclua explicitamente subestações, a exigência torna-se necessária por se tratar de uma solução **turn-key**, em que a execução deve abranger todas as etapas necessárias para o pleno funcionamento das usinas fotovoltaicas. Subestações são componentes essenciais para o funcionamento de usinas de grande porte, garantindo a integração eficiente dos sistemas ao grid. O quantitativo exigido assegura a aptidão técnica para instalações dessa magnitude, considerando os requisitos operacionais e a complexidade dos sistemas integrados.
- **Instalação de Sistemas Fotovoltaicos ONGRID:** Exige-se 9.000 kWp, enquanto o total contratado para instalação de sistemas fotovoltaicos ONGRID em telhado e solo é **105.706,75 kWp**. O valor exigido no edital corresponde a menos de 10% do total.
- **Manutenção e Operação de Sistemas Fotovoltaicos:** Exige-se 1.000 kWp, enquanto o objeto licitado prevê manutenção de **105.706,75 kWp/ano**. Este valor mínimo assegura experiência suficiente sem restringir a competitividade.
- **Projeto e Instalação de Eletropostos:** Exige-se experiência com apenas 2 unidades, enquanto o contrato prevê a instalação de **30 unidades de carregadores C.A. e 30 de carregadores C.C.** A exigência mínima demonstra proporcionalidade e busca garantir a qualificação para atender demandas desse porte.

. **Comprovação de que possui Frota própria de veículos elétricos:** Qualificação Técnica e Requisitos de Habilitação A **Lei nº 14.133/2021**, em seu artigo 67, III que diz “- indicação do pessoal técnico, das instalações **E DO APARELHAMENTO ADEQUADOS E DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**”, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”, permite que a Administração Pública exija comprovação de qualificação técnico-operacional para garantir que os licitantes possuam capacidade de executar o objeto da contratação.

A exigência de frota mínima de 5 veículos elétricos 100% próprios, demonstra a capacidade da empresa para atender ao objeto da licitação, que inclui a prestação de serviços com veículos elétricos e a infraestrutura necessária. Essa exigência é proporcional e diretamente relacionada à execução do contrato, não configurando barreira ao caráter competitivo do certame.

Necessidade Técnica e Operacional

A exigência de frota mínima está plenamente justificada no escopo técnico da licitação, considerando que o fornecimento e a operação de veículos elétricos demandam a disponibilidade imediata de uma frota mínima suficiente para atender às necessidades iniciais do contrato. A comprovação por meio do CRLV ou notas fiscais é essencial para assegurar que a empresa possui a estrutura necessária para executar o objeto contratual com eficiência e prontidão.

A ausência dessa exigência poderia gerar inconsistências e insegurança na contratação, uma vez que empresas sem a frota mínima estariam condicionadas à aquisição posterior

dos veículos, o que implicaria atrasos significativos na execução do contrato. Tal situação dependeria de fatores como a disponibilidade de mercado, prazos de entrega dos fornecedores, e processos internos de aquisição, gerando incertezas que comprometeriam o atendimento às demandas do contrato. Esses riscos são exacerbados pela escala do projeto, que prevê uma demanda de 210 veículos elétricos, tornando a exigência de comprovação de apenas 5 veículos um número absolutamente irrisório e proporcional à complexidade do serviço a ser contratado.

Portanto, a exigência não apenas garante a viabilidade técnica e operacional, mas também protege a Administração Pública de atrasos e possíveis fracassos na execução contratual, promovendo a eficiência e a segurança jurídica do processo licitatório.

A exigência de frota mínima de 5 veículos não é excessiva, mas sim proporcional à complexidade e à escala do objeto da contratação. É importante ressaltar que tal requisito não impõe nenhum custo adicional à participação no certame, pois empresas que já prestam esse tipo de serviço necessariamente possuem os veículos necessários para sua execução.

Essa exigência apenas formaliza a necessidade de comprovação da capacidade técnica e operacional mínima para atender às demandas contratuais, mitigando riscos à Administração Pública e evitando contratações com empresas despreparadas ou sem experiência suficiente no fornecimento dos serviços licitados.

A exigência de comprovação de frota mínima de 5 veículos 100% elétricos está fundamentada no escopo técnico e nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Tal requisito não fere a competitividade do certame, mas assegura a seriedade e a capacidade operacional das empresas participantes, garantindo que a execução do contrato seja realizada de forma eficiente e dentro dos padrões de qualidade esperados.

. Comprovação de experiência em sistemas fotovoltaicos off grid: A exigência de comprovação de que a empresa já elaborou projeto e executou sistema de geração de energia solar fotovoltaica **off-grid** está diretamente relacionada à necessidade técnica do objeto licitado, que inclui fornecimento e instalação de sistemas de baterias, conforme itens previamente especificados.

Sistemas fotovoltaicos **off-grid** diferem significativamente dos sistemas **on-grid** por sua complexidade técnica, já que dependem integralmente de baterias para armazenar e fornecer energia em períodos sem geração solar. Essa característica exige conhecimentos especializados em:

Dimensionamento e integração de baterias para garantir a continuidade do fornecimento de energia.

Gerenciamento de energia para evitar falhas de abastecimento ou sobrecarga do sistema.

Configuração e monitoramento de inversores e controladores específicos para sistemas off-grid.

A inclusão de baterias no objeto da licitação reforça a necessidade de assegurar que a empresa licitante tenha experiência prática na execução de projetos off-grid. Essa exigência visa mitigar riscos técnicos e operacionais que poderiam comprometer o desempenho e a eficiência do sistema como um todo, garantindo que apenas empresas qualificadas participem do certame.

Além disso, a experiência comprovada em sistemas off-grid assegura que o licitante possui as competências necessárias para lidar com situações de alta complexidade

técnica e operacional, promovendo maior confiabilidade e segurança na execução do contrato

. Qualificação da Equipe Técnica (Item 7.1.4, a-2):

A exigência de engenheiros eletricitas, civis, ambientais e técnicos de segurança do trabalho é indispensável para a execução de um projeto multidisciplinar que envolve:

- Instalações elétricas de alta complexidade.
- Estruturas metálicas e fundações específicas para sistemas fotovoltaicos.
- Adequação ambiental e segurança na execução e manutenção.

Essas exigências refletem as responsabilidades técnicas associadas ao objeto licitado, sendo proporcionais e necessárias para mitigar riscos e assegurar a qualidade da execução contratual.

. Certidão de Acervo Técnico (CAT) – Qualificação Profissional (Item 7.1.4, b-2):

As CATs exigidas para os responsáveis técnicos garantem que os profissionais indicados possuam experiência em atividades específicas, essenciais ao objeto do contrato, tais como:

Projetos de micro e minigeração com uso de microinversores.

Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

Laudos estruturais e instalação de estruturas metálicas.

Estas exigências são razoáveis e proporcionais à complexidade técnica dos serviços licitados.

Relevância das Exigências

As exigências apresentadas no edital visam atender ao princípio da proporcionalidade, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**, garantindo que:

As empresas participantes tenham capacidade técnica suficiente para executar o contrato.

Os riscos de execução sejam minimizados.

A Administração Pública seja resguardada contra contratações inadequadas.

Comparativamente, os quantitativos exigidos no edital são inferiores à totalidade prevista no contrato, reforçando que não há excesso na solicitação de atestados.

A alegação de que as exigências de atestados são excessivas não procede. Pelo contrário, os requisitos mínimos estabelecidos no edital estão alinhados à legislação vigente, sendo proporcionais aos itens do objeto licitado. As qualificações técnicas solicitadas garantem a execução eficiente do contrato e não comprometem a competitividade do certame.

Além de todas as exigências estarem amplamente justificadas no estudo técnico preliminar e termo de referência anexos ao edital, os valores exigidos são mínimos e proporcionais à complexidade do contrato, permitindo ampla participação e garantindo a qualificação técnica necessária.

4.4. 4º ASPECTO IMPUGNADO - Exigências de certificações técnicas

4.4.1. Em resposta à alegação do impugnante sobre a necessidade de atualizar o edital para referenciar a Portaria Inmetro nº 140/2022 em substituição à Portaria nº 004/2011, esclarecemos que a afirmação de que a Portaria nº 004/2011 não está vigente é incorreta.

4.4.2. A Portaria Inmetro nº 140/2022, publicada em 21 de março de 2022, introduz atualizações significativas, incluindo a regulamentação de inversores on-grid com baterias (híbridos) e baterias de lítio, ampliando o escopo de equipamentos contemplados.

4.4.3. Contudo, é importante destacar que a Portaria nº 004/2011 permanece em vigor até 2 de maio de 2025, data em que está agendada sua revogação pela Portaria nº 140/2022.

4.4.4. Portanto, até a referida data, ambas as portarias coexistem no ordenamento jurídico, sendo aplicáveis conforme suas disposições específicas.

4.4.5. Dessa forma, a referência à Portaria nº 004/2011 no edital não compromete sua credibilidade, uma vez que está ainda está vigente e válida.

4.4.6. Adicionalmente, a Portaria nº 140/2022 não substitui integralmente a de 2011, mas complementa e atualiza aspectos relevantes, especialmente no que tange a novos equipamentos e tecnologias emergentes no setor fotovoltaico.

4.4.7. Portanto, não há necessidade de ajuste imediato no edital em relação às portarias mencionadas, considerando que as exigências regulamentares atuais estão devidamente contempladas.

4.5. 5º ASPECTO IMPUGNADO - Omissões de informações e requisitos técnicos

4.5.1. A impugnante fala sobre omissões de informações e requisitos técnico porém esta tudo detalhado no estudo técnico preliminar e termo de referência em anexo ao edital explicado a seguir:

4.5.2. O modelo turn key, traduzido como "chave na mão", significa que o fornecedor contratado será responsável por entregar a solução completa e em pleno funcionamento, incluindo fornecimento, instalação, testes, e eventuais ajustes necessários para operação final do sistema. Este formato assegura que a Administração receba um projeto integrado e funcional, minimizando riscos de incompatibilidades e garantindo maior eficiência. Tal abordagem está amplamente detalhada no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que descrevem minuciosamente os requisitos do objeto licitado.

4.5.3. O objeto licitado abrange a aquisição, instalação de kits fotovoltaicos, sistemas de bateria, estações de recarga para veículos elétricos, além da manutenção e operação desses sistemas, conforme descrito nos documentos anexos. Esta abrangência técnica é compatível com o nível de detalhamento apresentado, que inclui especificações claras de equipamentos, critérios de instalação e padrões exigidos.

4.5.4. Os aspectos mencionados pelo impugnante, como licenças ambientais e adequação de infraestruturas elétricas, são inerentes a qualquer projeto de instalação de sistemas fotovoltaicos de médio ou grande porte. No entanto, cabe destacar que essas questões já foram antecipadas e incorporadas no planejamento técnico do certame. Conforme o Estudo Técnico Preliminar, a solução licitada considera aspectos regulatórios e operacionais, cabendo ao contratado observar essas diretrizes durante a execução do projeto.

4.5.5. A alegação de que o edital não apresenta informações suficientes sobre telhados, locais das usinas e configuração das infraestruturas elétricas não procede. O Termo de Referência detalha as especificações e responsabilidades do contratado para avaliar e propor as melhores soluções técnicas durante a execução do contrato, em alinhamento com o modelo turn key. Adicionalmente, o estudo técnico preliminar fundamenta a contratação e justifica os quantitativos e padrões técnicos.

4.5.6. Ao contrário do que afirma o impugnante, os requisitos legais aplicáveis, incluindo os previstos no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, foram observados. O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência servem como projeto básico, padronizando o objeto e garantindo a competitividade no certame, conforme exigido pela legislação.

4.5.7. As alegações de omissão ou insuficiência de informações técnicas são improcedentes. O edital e seus anexos fornecem informações detalhadas e compatíveis com o objeto licitado, garantindo ampla transparência e clareza às empresas participantes. A Administração Pública manteve a conformidade legal e técnica ao planejar o certame, reforçando seu compromisso com a eficiência e economicidade na execução contratual.

5. DAS RESPONSABILIDADES

5.5. Nos termos do **art. 337-F do Código Penal**, que dispõe sobre o crime de frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, alerta-se

que a apresentação de impugnações infundadas ou desprovidas de fundamentos concretos e jurídicos pode ser interpretada pela Administração Pública como tentativa de frustrar ou fraudar o certame.

5.6. A Administração reserva-se o direito de avaliar todas as impugnações apresentadas e, caso sejam identificados indícios de que a impugnação foi realizada de forma dolosa, com o objetivo de atrasar ou prejudicar o caráter competitivo do processo licitatório, poderá adotar as medidas legais cabíveis, incluindo a comunicação aos órgãos competentes para a apuração de possíveis ilícitos penais e administrativos.

5.7. Esta disposição tem por objetivo resguardar os princípios da **supremacia do interesse público**, da **igualdade entre os licitantes**, da **moralidade administrativa**, e da **transparência no processo licitatório**, assegurando que a competição ocorra de forma justa e que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública seja selecionada, em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Penal.

6. Conclusão

Diante do exposto, com base nas análises técnicas, legais e administrativas realizadas, **INDEFERE-SE** a impugnação apresentada pela empresa **ELETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDIDORES ELÉTRICOS LTDA**, mantendo-se os termos do edital inalterados.

6.1. Conforme disposto na **Cláusula 15.2 do Edital**, acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame apenas nos casos em que a alteração do edital possa impactar as propostas apresentadas. Contudo, considerando que nenhuma modificação será realizada nos termos do edital, a data do certame permanece inalterada.

Presidente Prudente – SP, 08 de janeiro de 2025.

Responsável técnico:
MATHEUS BELINATI BARBOSA
ENGENHEIRO ELETRICISTA
CREA – MS 69751

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO.
Pregoeiro - CIOP